



7º Encontro Internacional de Política Social

14º Encontro Nacional de Política Social

Contrarreformas ou Revolução:

respostas ao capitalismo em crise

Vitória (ES, Brasil), 03- a 06 de junho de 2019

Eixo: Fundamentos teóricos da Política Social

Políticas Sociais na América Latina: Uma análise da Teoria Marxista da Dependência.

Resumo

A teoria marxista da dependência tem se convertido desde a época de 1960 em um corpo conceitual que explica as razões do surgimento e reprodução da América Latina de uma forma particular de capitalismo, ou seja, o dependente, no seio da sua inserção no sistema capitalista mundial. Esta teoria intenta colocar as bases materiais que explicam a dependência da região com os países imperialistas, superando a concepção politicista e partindo das categorias superexploração, separação entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas e intercâmbio desigual, o qual também tem sido criticada por outros autores marxistas ao deixar de lado outros fatores que incidem na posição da América Latina na divisão internacional do trabalho como por exemplo a renda da terra. A partir desta teoria o qual compreende o lugar da América Latina na divisão internacional do trabalho, vai-se determinar suas particularidades, e ajuda para analisar as políticas sociais desde uma perspectiva que visibiliza as transformações destas, mostram uma mudança estratégica da classe dominante no atendimento da questão social na busca por obter legitimidade e governabilidade.

Palavras-chave: Políticas Sociais; Teoria Marxista da Dependência, América Latina.

Social policies in Latin America: An analysis of Marxist theory of dependence.

Abstract

The Marxist theory of dependence has been converted since the 1960s in a conceptual body that explains the reasons for the emergence and reproduction of Latin America in a particular form of capitalism, that is, the dependent, within its insertion in the system World capitalist. This theory intends to lay the bases that explain the dependence of the region with the imperialist countries, overcoming the political conception and starting from the categories overexploitation, separation between the productive structure and the needs of the masses and unequal interchange, which has also been criticized by other Marxist authors by leaving aside other factors that focus on the position of Latin America in the international division of labor, for example the income of the land. From this theory which understands the place of Latin America in the international division of labor, it will determine its particularities, and help to analyze social policies from a perspective that shows the transformations of these, show a strategic change of the dominant class in meeting the social issue in the pursuit of obtaining legitimacy and governability.

Keywords: Social policies; Marxist theory of dependence; Latin America

Introdução

A teoria marxista da dependência, surge como crítica e alternativa à teoria do desenvolvimentismo impulsionada pelos economistas da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), colocando como os maiores expositores Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra e Theotonio dos Santos (também se pode mencionar André Gunder Frank, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, Edelberto Torres Rivas, embora sejam de outras perspectivas teóricas). É a síntese do encontro profícuo entre a teoria do valor de Marx e a teoria marxista do imperialismo, esta última formulada especialmente por Lenin. Daqui se promulgam as ideias para explicar processos e tendências específicas no âmbito da totalidade integrada e diferenciada que é o capitalismo mundial. Todo isto no contexto onde os autores principais mencionados anteriormente, foram militantes no começo dos anos 1960 da Organização Revolucionária Marxista Política Operária, organização de esquerda brasileira que questionava as posições etapistas e dogmáticas que orientavam os partidos comunistas da região, influenciado também pela Revolução Cubana, que colocou como possibilidade histórica a revolução.

Concorda-se com Pastorini (2013) que a lógica expansionista e destrutiva do capital reserva um lugar específico para a atenção das manifestações da questão social focada na administração da pobreza e da população excedente, essa intervenção no social tem como objetivo prioritário a obtenção da legitimidade necessária para materializar o projeto político-econômico do capital monopolista. Assim, procura-se analisar a política social na América Latina, tanto suas características como os dados atuais com o intuito de ter um panorama da tendência que tem tido atualmente esta região.

A teoria marxista da dependência

A teoria da dependência surgiu como resposta intelectual e política de um sector da esquerda latino-americana nascida ao margem dos partidos comunistas tradicionais da época. A conjuntura era uma situação de crises econômica, política e social que desde princípios da década de 1960 começava a se manifestar em toda América Latina e o Caribe, expressada fundamentalmente no descenso das taxas de crescimento, o endividamento externo e os cada vez mais altos índices de pobreza e miséria na população.

O principal esforço desta teoria esteve dirigido para a construção de categorias analítico-explicativas que permitiram identificar as particularidades do desenvolvimento do modelo capitalista latino-americano e assim evidenciar as causas objetivas da sua crise para propor soluções estratégicas ajustadas à realidade.

As considerações dos teóricos da dependência foram radicalmente opostos aos dos ideólogos do chamado desenvolvimentismo da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL)¹ os quais propunham como viés para superar o “atraso” ou “sub-desenvolvimentismo” seguir os caminhos do desenvolvimento capitalista dos Estados Unidos e Europa. Ao mesmo tempo, os teóricos da teoria marxista da dependência se opuseram aos postulados dos partidos comunistas latino-americanos da época, os quais planteavam a necessidade de estabelecer alianças entre as burguesias nacionais e o proletariado (influenciados pela extinta União Soviética), para enfrentar o imperialismo norte-americano e promover o desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Porém, este tipo de alianças claramente não eram dirigidas para uma mudança radical no sistema de produção capitalista, como menciona Marx (1850, p. 3) na sua Mensagem do Comitê Central à Liga: “Longe de desejar a transformação revolucionária de toda a sociedade e benefício dos proletários revolucionários, a pequena-burguesia democrata tende a uma mudança da ordem social que possa tornar a sua vida, na sociedade atual, mais cômoda e confortável.”

Marini (1974) explica que desde a expansão comercial no século XVI, o capitalismo nascente na América Latina se desenvolve com uma estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. As relações entre América Latina com os países centrais europeus se inserem em uma estrutura definida da divisão internacional do trabalho e é a partir deste contexto, que se configura a dependência; a qual é a relação de subordinação dialética entre nações, onde as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.

¹ Segundo Donghi (2005) Raúl Prebisch em 1935 senta as bases do desenvolvimentismo, a qual é uma teoria econômica que menciona que a ordem econômica mundial segue o esquema centro industrial-periferia agrícola pelo que se produz um deterioro estrutural no intercâmbio no comércio internacional e reproduz o subdesenvolvimentismo pelo que se deveria impulsionar a industrialização. Prebisch indica que a solução para o subdesenvolvimento não é um ataque frontal contra a desigualdade, porque está muito arraigada, se não escapar dela mediante uma industrialização mais intensa para criar uma economia nacional mais crescida em volume e complexidade e com um amadurecimento parecido aos países centrais.

A partir da teoria marxista da dependência, as alternativas adotadas pelas classes dominantes latino-americanas para compensar o déficit, tem sido as transferências de valor expressando em relações de intercâmbio desigual (os quais correspondem a deterioração dos termos de intercâmbio, as remessas de lucros, o serviço da dívida e a apropriação de renda da terra), a superexploração do trabalho² com a intensificação dos processos de extração de mais-valia (em sua forma absoluta e relativa combinadas e o fundo de acumulação), sobretudo, pelo rebaixamento salarial e pelo elevado índice de desemprego e subemprego; e por último o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas.

Para compreender a dependência e as contradições que acontecem no ciclo reprodutivo do capital na economia da América Latina, em *Dialética da Dependência* (1974), Marini menciona duas cisões; a primeira cisão entre produção para o mercado externo e mercado interno e a segunda, entre produção para as esferas alta e baixa do mercado interno. O significado dessas contradições é que em nossos países os trabalhadores que produzam a riqueza, não cumprem um papel da mesma maneira que os trabalhadores nas economias dominantes para a circulação das mercadorias (sua capacidade ao consumo).

Soma-se a esta situação o endividamento público como elemento de dominação burguesa para os Estados latino-americanos, intensificando a dependência dos países centrais. Assim, os governos da América Latina, a partir deste intercâmbio desigual que “[...] a cada nova tentativa de ‘estabilizar a economia’ novas dívidas são incorporadas pelo Estado, aprofundando a dependência e impedindo-o de praticar políticas sociais. Com efeito, estas perderam sentido em função da opção recolonizadora da elite na América Latina.” (PAIVA; OURIQUES, 2009, p. 38)

Uma serie de determinações ganha muita relevância nesta situação de dependência em função da extração de mais-valia por meio da superexploração da força de trabalho, o alvo das políticas sociais é restringido por propósitos sensivelmente diferentes das políticas sociais nos países centrais. Como afirma Marini (2000, p. 134), “Na economia exportadora latino-americana, as coisas se dão de outra maneira. Como a

² Segundo Seibel (2018) a superexploração pode se dar mediante três formas: 1) o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor – que no caso brasileiro podemos ver comparando o abismo entre o salário mínimo corrente e o salário calculado pelo Dieese (salário mínimo necessário); 2) o prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais – como no uso recorrente de horas extras, na necessidade de mais de um emprego para se sustentar, no contingente trabalhando por decisão não voluntária após idade para se aposentar; 3) o aumento da intensidade do trabalho além das condições normais.

circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto.”

Desta forma, as relações internacionais da América Latina desempenham um papel importante na formação da economia capitalista mundial, o qual explica o surgimento da grande indústria que se estabelece em bases sólidas. Marini (1974) comenta que o que determina a quota da mais-valia não é a produtividade do trabalho em si, se não o grau de exploração do trabalho, o que quer dizer, a relação entre tempo de trabalho excedente e o tempo necessário. A mais-valia relativa está ligada indissolúvelmente à desvalorização de salários, sendo América Latina quem desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais e o processo mediante o qual a região contribuiu para incrementar a quota de mais-valia e a quota de ganância nos países industriais, implicaram efeitos rigorosamente opostos. E o que aparecia como um mecanismo de compensação ao nível do mercado de fato, era um mecanismo que opera ao nível da produção interna.

O que expõe esta teoria é que América Latina é levada a reproduzir as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado e determinavam seu caráter e sua expansão. Porém, este processo na América Latina se fez mediante uma acumulação fundada na superexploração do trabalho. É, nesta contradição, segundo Marini (1974), radica a essência da dependência da América Latina.

Assim, a produção e a acumulação de riqueza é em si mesmo a principal razão do empobrecimento e aumento dos processos de desigualdade social, pelo que o desenho das políticas sociais subordinadas a esta lógica, reproduz igualmente as orientações de proteção social, permitido dentro dos limites do sistema de produção suas necessidades em uma conjuntura específica, a qual não vai além de ações focalistas e pontuais.

A teoria marxista da dependência, brinda elementos importantes, para analisar o contexto latino-americano como a elaboração de políticas sociais, assim como outros elementos das condições de vida dos povos latino-americanos, a partir da compreensão do papel que tem os países de América Latina na divisão internacional no trabalho no sistema de produção capitalista. É a partir disto que se pode entender as especificidades do contexto latino-americano.

A América Latina na divisão internacional do trabalho

A partir da conjuntura em cada momento histórico pode-se distinguir formas de dependência e compreender o papel que tem desenvolvido a América Latina nesses contextos. Para compreender como isso se configura historicamente, pode-se mencionar como primeiro momento o passado colonial, posteriormente a dependência financeiro-industrial no período da independência e da formação dos estados nacionais com o intercâmbio desigual e após no período dos monopólios capitalistas até os dias atuais.

Assim, de partida, os países da América Latina ingressaram no circuito capitalista internacional em condições de inferioridade competitiva evidentes, e até hoje insuperáveis dentro do mesmo sistema de produção capitalista, não somente pela tardia modernização mas pelo reduzido alcance no desenvolvimento das forças produtivas a partir de 1930.

Na medida que os preços dos produtos monopolizados tendem a ser globais e na medida em que o valor da força de trabalho pago pelo mercado tende ser local, este diferencial de valores da força de trabalho é o que atrai as empresas para a periferia do capital. Aqui elas conseguem pagar abaixo do valor global da força de trabalho, o que aumenta sua capacidade de extrair a mais-valia.

Os efeitos diretos desse processo na população e nas políticas sociais são fetichizados mas é perceptível nos resultados da diminuição dos investimentos públicos em saúde, educação, seguridade social por parte dos governos. Assim, a construção de políticas sociais nos Estados latino-americanos encontra-se obstaculizada pela dependência histórica:

A diferença do que acontece nos países capitalistas centrais, onde a atividade econômica está sujeita à relação existente entre as taxas internas de mais-valia e de investimento, nos países dependentes o mecanismo econômico básico deriva da relação exportação-importação: ainda que se obtenha no interior da economia, a mais-valia se realiza na esfera do mercado externo mediante a atividade de exportação, e se traduz em receitas que se aplicam, em sua maior parte, em importações. A diferença entre o valor da exportação e das importações, isto é, o excedente aplicável, sofre, pois, a ação direta de fatores externos à economia nacional. (MARINI, 2000, p. 115)

A situação das políticas sociais na América Latina, evidentemente estão mediadas tanto na divisão internacional do trabalho que ocupa a região, como pelas particularidades que tem, dependendo da conjuntura e do momento histórico vivido o qual vai se determinado pelas próprias necessidades do sistema de produção capitalista para sua reprodução.

As políticas sociais na América Latina

Para poder compreender as políticas sociais em suas determinações fundamentais operadas pela ordem capitalista, se reconhece, como se evidenciou no apartado anterior, o lugar da América Latina na divisão internacional do trabalho na unidade mundial, ou seja, tomando como ponto de partida a totalidade do capitalismo, não como uma somatória de países onde existe uma relação hierárquica que não estabelece a unidade, se não como um sistema orgânico.

Primeiramente, é necessário colocar um marco para compreender a política social, parafraseando a Pastorini (2018) um pressuposto essencial é que a questão social, concebida como expressão ampliada das desigualdades da sociabilidade burguesa, explica a existência das políticas sociais, sua origem e desenvolvimento posterior. Assim, entender que as políticas sociais são instrumentos do Estado burguês que amenizam e administram algumas das manifestações da questão social, retomar os fundamentos do modo de produção capitalista se coloca como um requerimento central.

As políticas sociais, inscritas como uma estratégia potente de regulação política do sistema capitalista, possuem na realidade latino-americana, um conjunto de características e determinações particulares ao ser importantes instrumentos utilizados pelo Estado para criar as condições necessárias para o processo de valorização e acumulação do capital, ao mesmo tempo que atendem algumas necessidades relativas à própria existência dos sujeitos, ou seja, como menciona Pastorini (2018) as políticas sociais respondem as necessidades objetivas e subjetivas que derivam da forma como os homens participam na esfera da produção.

Ao entender as políticas sociais como uma mediação ajuda a analisar e decifrar sua importância para a produção e reprodução social. Também, essa forma de compreensão permite refletir sobre a centralidade destes instrumentos para a materialização das funções econômicas e políticas do Estado burguês. Segundo Pastorini (2018), compreender as políticas sociais desde esta perspectiva, é central para o debate da funcionalidade das políticas sociais na sociedade capitalista, indicando-nos a impossibilidade de dissociar as dimensões econômica, política e social, assim com a íntima articulação que existe entre a coerção e o consentimento pensados como dimensões da dominação burguesa.

Por sua parte, Netto (1992) observa que a marca essencial da funcionalidade da política social do Estado burguês, em sua ordem capitalista monopólica, “[...] se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho

ocupada, mediante a regulamentação das relações capitalistas/trabalhadores”. Aqui, se observa uma das funções da política social no capitalismo, a qual é necessária para ter uma massa de trabalhadores com condições mínimas de sobrevivência e com uma capacidade determinada para ser produtivos.

As políticas sociais neste século estão cada vez mais distantes da experiência socialdemocrata europeia dos tempos de pleno emprego e crescimento após a Segunda Guerra Mundial (daquele proclamado *Welfare State*), na verdade, existe uma forte reação burguesa à crise estrutural do capital, desde os anos 1980, como expõe Mészáros (2009) E que vem desencadeando processos regressivos, os quais pontua Behring (2003):

-**A contrarreforma do Estado** com o redirecionamento do fundo público para assegurar as condições gerais de produção e reprodução do capital, processo impulsionado pelas necessidades do capital portador de juros. Neste cenário, são alocados menos recursos à reprodução da força de trabalho, fragilizando as políticas sociais de caráter universal e forçando a lógica do custo benefício para a proteção social. Este movimento é acompanhado de alterações da estrutura tributária dos países, com menores taxas sobre a propriedade privada e as grandes fortunas do capital e por outro lado com uma maior participação da renda dos trabalhadores nas cargas tributárias nacionais, atingindo perspectivas redistributivistas de caráter socialdemocrata.

- **A reestruturação produtiva**, engendrando uma retomada de condições gerais ótimas de exploração da força de trabalho, o que significa para o capital ampliar a superpopulação relativa, que vive em condições de falta de acesso à satisfação das necessidades mais elementares, num recrudescimento generalizado das expressões da questão social. Continuando com Behring (2003), a ofensiva sobre o mundo do trabalho teve um efeito nefasto sobre a consciência de classe e as lutas sociais, des-sindicalizando os trabalhadores e desorganizando a sua iniciativa política e as respostas do Estado para a exacerbação da questão social tem sido em forma de criminalização da pobreza, gerando uma ampliação desmesurada da população carcerária, especialmente de homens jovens que compõem a população economicamente ativa, de uma lado e por meio de políticas sociais focalizadas e de gestão da barbárie de outro. A exemplo de programas de transferência de renda com critérios inexoráveis.

-**Mundialização do capital** a partir das estratégias de retomada das taxas de lucro das empresas, onde o capital busca desregulamentar para se mover sem barreiras e explorar com liberdade e eficiência a força de trabalho.

Os três processos mencionados anteriormente, são os que Behring (2003) menciona como articulados e com fortes impactos para a questão social e as políticas sociais no contexto atual, onde, a partir das configurações particulares do capital e sua manifestação na região latino-americana, vai transformar as políticas sociais respondendo à premissa que o capital é nacional na sua forma mais mundial no seu conteúdo (SEIFFER; RIVAS, 2017)

Uma particularidade importante de destacar na América Latina para compreender as políticas sociais atuais é o papel que tem tido o movimento das esquerdas da região desde a década 1990, com o discurso da resistência ao neoliberalismo, sobre isso Mota (2012) menciona que dentro destes governos encontram-se governos de esquerda e centro-esquerda como Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador e Venezuela, nos anos 2000, esse setores progressistas chega, ao poder com discursos anti-imperialistas e em defesa do desenvolvimento nacional.

Porém, estes governos não procuravam uma destituição do sistema econômico atual, em vez disso, tinham suas bases de fundamentação –somando outras- no chamado neodesenvolvimentismo “(...) cujo principal objetivo é delinear um projeto nacional de crescimento econômico combinado com uma melhora substancial nos padrões distributivos do país”. (CASTELO, 2010, p.194).

Este neodesenvolvimentismo sustenta que o consenso neoliberal e seus preceitos privatizantes não conseguiram resolver questões centrais dos países periféricos, seus adeptos consideram que algumas políticas e ações são fundamentais para repor na agenda dos países da região os mecanismos de distribuição dos recursos como forma para enfrentar a questão social, porém, como indica Mendoza (2010), não há uma alteração na essência da intervenção do Estado no mercado.

Conseqüentemente, ao não ter uma lógica de ruptura com o sistema econômico vigente, as políticas sociais também não tem uma mudança qualitativa, somente quantitativa dentro da tendência previa como os governos neoliberais estavam impondo anteriormente, como indicam Seiffer , Kornbliht e De Luca (2011, p.1):

El fuerte aumento del gasto social no responde a un cambio cualitativo motorizado por un giro a la izquierda de los gobiernos en cuestión, sino a un crecimiento cuantitativo dentro de una tendencia previa a la expansión de la acción estatal para contener a la creciente población obrera sobrante para el capital que se consolida en ambos países.

Como menciona a teoria marxista da dependência, América Latina tem sido a principal região de extração de matéria prima desde a colonização, onde, em contrapartida à destruição e à exploração dos recursos naturais, propõe-se em quase toda América Latina, a apropriação da renda proveniente da exploração deste recursos para financiar o Estado e seus programas sociais, a legitimar a produção destrutiva da natureza através de discursos que a justificam sob os argumentos da criação de postos de trabalho e do combate à pobreza.

Este postulado que tem tido os governos latino-americanos, não se restringe à compensação da exploração do subsolo, em vez disso, fundamenta a direção política dos governos de esquerda e centro-esquerda que abraçaram a hipótese do crescimento econômico com expansão de políticas sociais compensatórias em toda a América Latina como um projeto fetichista de superação das históricas desigualdades sociais.

Seguindo as diretrizes dos organismos de financiamento internacional, nos diferentes países de América Latina, começam a ser impulsionados os programas e ações sociais emergenciais, compensatórios, paliativos e focalizados no alívio da pobreza extrema, executados em parceria com o “terceiro setor”. Os quais evidenciaram na realidade seu pouco sucesso, já que apesar de ter havido redução mínima da pobreza, constata-se na América Latina, segundo dados da CEPAL (2016) que mais de 40% de sua população é pobre e entre 15% a 20% são indigentes; as desigualdades sociais aumentaram; assim, o que mudou foi a criação de outros meios de enfrentamento da pobreza, com políticas de inclusão, por cotas, ou mínimos sociais por exemplo.

Segundo a CEPAL, no Relatório Programa de Assentamentos Humanos da ONU do 2016, os 20% latino-americanos mais ricos, concentram 56,9% da riqueza da região, os 20% mais pobres, por sua parte, recebem apenas 3,2% da renda, o que faz dessa região uma das mais desiguais do mundo. O mesmo Relatório informa que, no Brasil, os 10% mais ricos concentram 50,6% da renda, enquanto os 10% mais pobres ficam com apenas 0,8%; na Argentina, os 10% mais ricos concentram 41,7% da renda, e os 10% mais pobres, 1,1%; na Venezuela, os 10% mais ricos têm 36,8% da renda, e os 10% mais pobres, 0,9%; na Colômbia, os 10% mais ricos têm 49,1% da renda, e os 10% mais pobres, 0,9%.

Este tipo de políticas compensatórias permitem o aumento no consumo das famílias, o qual é intencional como forma de reativar a economia em crises, porém não interferem na origem das desigualdades. Além disso, as políticas sociais mais abrangentes, que atendem a massa da população como saúde, educação, aposentadorias,

dentre outras, os governos neoliberais transformaram em serviços mercantis.

Tem que se indicar que, estas considerações não negam a existência de “novas” respostas políticas com os governos de esquerda e centro-esquerda que chegaram ao poder político na América Latina, porém elas não superam a herança neoliberal.

Este tipo de reformas políticas dentro dos aparelhos burgueses, que não tem uma mudança radical na base econômica tem uma incapacidade de alteração do estatuto de propriedade privada no contexto da institucionalidade burguesa e respondem somente às necessidades de uma parte da sociedade colocando-o como uma generalização social.

Isso demarca um limite intransponível ao potencial transformador das políticas sociais, aprisionadas, como menciona Mota (2012) no âmbito das relações sociais de reprodução capitalistas.

Desse modo, seguindo a Mendonça (2010) as políticas sociais atuais se apresentam, novamente apenas em termos de discurso político, como uma mudança de prioridade frente ao passado recente e em benefício dos mais pobres. Assim, os governos de esquerda e centro-esquerda se legitimam mantendo políticas econômicas determinadas pelos organismos financeiros internacionais, contendo ao mesmo tempo, embora em menor medida, as exigências das lutas sociais, mas sendo um instrumento para o desmonte de conquistas já consolidadas historicamente pela classe trabalhadora e as políticas sociais de proteção dirigem-se, limitadamente, a segmentos determinados em termos de renda, região e condições sociais.

Considerações finais

O capitalismo consolidou-se como modo de produção ao levar, gradativamente, os núcleos das coletividades humanas a se relacionarem entre si como uma imensa coleção de mercadorias. Ao passo da expansão das relações mercantis, o produtor independente foi sendo convertido em trabalhador assalariado despojado dos meios de produção, enquanto os meios de produção e consumo foram convertidos em capital. Assim foi que historicamente, as relações sociais passaram a ser regidas pela lógica de valorização do valor.

Autores como Marini (1974) e Seibel (2018) mencionam que foram dois processos que estiveram na raiz desta mudança: a acumulação primitiva de capital e a passagem da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital. Além do papel que cumpriram na gênese do novo modo de poder que se impôs no mundo, ambos processos compartilham um aspecto em comum, a importância que as periferias –

incluindo América Latina- exerceram para que o mundo hoje dominante viesse a assumir a posição que assumiu, e para que a própria América Latina viesse a se configurar através de características que carrega até os dias atuais.

A retomada da Teoria da Dependência nas análises das relações econômicas internacionais se deu no século XXI, no bojo da crise mundial na economia estadunidense em 2008. A crise, a qual é uma crise estrutural que vem desde os anos 70 no século passado, se desdobrou na Europa provocando uma compressão sobre os países periféricos da região europeia, à medida que os países centrais tentaram manter o controle sobre o nível da reprodução capitalista, quer dizer, sobre o caos instalado no nível da produção (quebra de empresas, redução de salários), da circulação (redução do consumo e estancamento do comércio), financeiro (quebra do sistema bancário), do Estado (questionamento da institucionalidade) e dos movimentos sociais (repressão a manifestações). As medidas concretas que foram tomadas nesse sentido, fossem de política econômica tributária, trabalhista etc., foram inspiradas e tomadas à luz de análises econômicas conservadoras e neoliberais e se mostraram inadequadas à solução da crise e à própria retomada da produção capitalista.

Como crítica à teoria marxista da dependência, pode-se mencionar que segundo essa corrente, a dependência pode ser entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, na qual a economia de certos países está condicionada ao desenvolvimento e expansão de outras economias, de forma que os países centrais poderiam se auto-sustentar, enquanto que os países periféricos só poderiam expandir suas economias como um reflexo da expansão dos primeiros, porém, conforme a realidade tem demonstrado, a relação de dependência não ocorre somente dos países periféricos como os de América Latina para os países centrais, também existe uma dependência dialética dos países centrais para os países da periferia para sua própria reprodução e superação de crise por meio de diferentes estratégias orientadas à extração tanto de matérias primas como de exploração das forças produtivas de nossos países.

É importante mencionar que neste contexto, as propostas dos governos “progressistas” da década de 1990 e inícios do 2000 da América Latina não estavam direcionadas ao abandono das diretrizes impostas pelos organismos de financiamento internacional, não anularam a dívida externa nem implementaram uma reforma agrária, não colocaram limites ao grande capital e tampouco reduziram as desigualdades sociais, pelo contrário, buscam justificar suas opções e políticas com um discurso baseado na

preocupação em consolidar um “novo projeto de desenvolvimento nacional” enquanto continuam a criar as condições para estabilizar o capitalismo em crise sob hegemonia do capital financeiro.

No lugar de procurar um derrocamento do sistema atual de produção, estes governos progressistas tinham a ideia da possibilidade de realizar uma reforma da sociedade capitalista –apoiados pela classe dominante–, para torná-la “mais justa”, ampliando a regulação do Estado, reforçando posições anti-imperialistas, esses governantes reafirmavam sua opção pelo desenvolvimento “nacional” como forma de obter crescimento e justiça social.

Assim, esta “mudança de rumo” que parecera ter tido América Latina no seus governos progressistas e nas suas políticas sociais, não implica a implementação de um projeto político-econômico alternativo, ao contrário, faz parte da estratégia da classe dominante para criar as condições para atender as necessidades essenciais do processo de acumulação e valorização, assim como para garantir as condições políticas, ideológicas e culturais que permitam a chamada governabilidade, dando ênfase às políticas de proteção social, especialmente as de transferência de renda as quais são sumamente funcionais ao capital.

Todos estes elementos expostos, reproduzem a dependência e a subordinação às grandes potências mundiais por parte das economias dos países da região. Como se mostrou e baseando-se em Pastorini (2018), neste contexto de transformações societárias o Estado é refuncionalizado, mudando as formas para garantir as condições de produção e reprodução da classe trabalhadora, para atender as expressões imediatas da questão social o qual faz necessário redefinir os eixos das políticas sociais.

Referências

BEHRING, Elaine R. **Rotação do Capital e Crise: Fundamentos para compreender o fundo público e a política social**. In: Evilasio Salvador et al. (org), Financeirização, Fundo Público e Política Social, São Paulo: Cortez. 2003.

CASTELO, Rodrigo. **“O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano”**. In: Castelo Branco (Org.), Encruzilhadas da América Latina no século XXI, Rio de Janeiro: Pão e Rosas: 191-211. 2010.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. 2ª. ed. México DF: Ediciones Era. 101 p. v. 1. 1974.

_____. **Dialética da dependência**. In: SADER, Emir. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Federico. **Mensagem do comitê central à liga dos comunistas**. 1. ed. Londres: [s.n.], 1850. 10 p. v. 1. Disponível em: <http://www.unioeste.br/projetos/histedopr/bibliografia/Comite_Central_Liga_Comunista.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2018.

MENDOÇA, Luiz Jorge. **Políticas econômicas e sociais na América Latina**. Temporalis, Brasília (DF), n. 20, p. 11-30, dez. 2010.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009.

MOTA, Ana Elizabete. **Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina**. Configurações [Online], 10 | 2012, posto online no dia 17 Fevereiro 2014, consultado o 08 Março 2016. URL : <http://configuracoes.revues.org/1324>

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

PAIVA, B.; OURIQUES, N. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? In: Revista Katálysis. Florianópolis, vol. 9, n. 2, 2009. p. 166 – 177.

PASTORINI, Alejandra. **Los fundamentos del modo de producción capitalista como clave para analizar las políticas sociales**. 19 p. Artigo (Grupo de investigación: Políticas Sociales en América Latina: transformaciones en los patrones de protección social”, vinculados al Núcleo de Investigación y Extensión Políticas Públicas, Territorio, Luchas Sociales y Trabajo Social)- Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil,1. 2018.

_____. **Questão social no capitalismo contemporâneo: Particularidades das políticas sociais na América Latina**. In: MONTAÑO, Carlos; LUSTOSA, Rogério. Conhecimento e sociedade: Ensaios marxistas. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, cap. 3, p. 211-227. v. 1. 2013

SEIBEL, Mathias. **Teoria marxista da dependência problemas e categorias: Uma visão histórica**. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 271 p. v. 1. 2018

SEIFFER, Tamara; KORNBLIHTT, Juan; DE LUCA, Romina. **El gasto social como contención de la población obrera sobrante durante el kirchnerismo y el chavismo (2003-2010)**. Cuadernos de Trabajo Social, Buenos Aires, Argentina, v. 25-1, n. 33, p. 33-47, dez. 2012. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/38813284.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.

SEIFFER, Tamara; RIVAS, Gabriel. **La política social como forma de reproducción de la especificidad histórica de la acumulación de capital en Argentina (2003-2016)**. Estudios del trabajo, Buenos Aires, Argentina, v. 1, n. 54, p. 91-117, jul. 2017. Disponível em: <<https://www.aset.org.ar/docs/Seiffer%20y%20Rivas%20Castro.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.